



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

02.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- [**BANCADA GOIANA SE DIVIDE SOBRE PROJETO DE LEI DE ARMAS, MAS VÊ 'BARREIRA' – O Popular**](#)
- [**EMPREGO POSITIVO - Folha de São Paulo**](#)
- [**OS TRÊS RECADOS DE LULA NO DISCURSO DO DIA DO TRABALHADOR – Folha de São Paulo**](#)
- [**CASO DOS CACHORROS DA IRMÃ DE ZANIN É FESTIVAL DE ERROS QUE REFLETE NOSSO TEMPO – Folha de São Paulo**](#)
- [**MINISTRO DE LULA CHAMA REGULAÇÃO DE FAKE NEWS DE PL00 E DIZ QUE, SE LEGISLATIVO ATRASAR, TSE TEÁ PODER**](#)
- [**MANIFESTO DA DIGNIDADE MAGISTOCRÁTICA – Folha de São Paulo**](#)
- [**RAFAEL LARA TRATARÁ DE ELEIÇÃO NA OAB-GO SÓ NO MÊS DE AGOSTO – O Hoje**](#)
- [**AVIÃO CEDIDO PELA JUSTIÇA À ALEGO REALIZA TRANSPORTE DE ÓRGÃOS – Diário da Manhã**](#)
- [**DESEMBARGADOR LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA É EMPOSSADO PRESIDENTE DO TRE – Diário da Manhã**](#)
- [**A MULTA É O MÍNIMO: LULA NÃO ESCAPARÁ DA JUSTIÇA POR PEDIR VOTOS PARA BOULOS – Correio Braziliense**](#)
- [**MANUTENÇÃO DOS JUROS NOS EUA AFETA A POLÍTICA MONETÁRIA DO BRASIL – Correio Braziliense**](#)
- [**O DESAFIO DAS ARMAS – Correio Braziliense**](#)
- [**G20 DISCUTE MEDIDAS PARA REDUZIR DESIGUALDADE PÓS-PANDEMIA – Valor Econômico**](#)
- [**GOVERNO REDUZ RISCOS FISCAIS NO JUDICIÁRIO – Valor Econômico**](#)
- [**STF JULGARÁ COBRANÇA DE IPTU DE CONCESSIONÁRIAS PÚBLICAS – Valor Econômico**](#)
- [**O ONLINE SAFETY ACT E A INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA – Valor Econômico**](#)
- [**DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB**](#)

JORNAL – O POPULAR – 02.05.2024 – PÁG. 04

Bancada goiana se divide sobre projeto de lei de armas, mas vê ‘barreira’

Deputados variam entre a defesa e o ataque à proposta que autoriza estados e o DF a legislarem sobre porte e posse, admitindo que inconstitucionalidade não foi superada

Rubens Salomão



Deputados federais por Goiás, da base e da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apontam uma “barreira constitucional” para a aprovação de projeto que permite aos estados legislarem sobre o porte e a posse de armas de fogo. A proposta de lei complementar foi aprovada por uma margem apertada na última semana pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e segue em trâmite.

Os parlamentares se dividem quanto ao mérito do texto, apresentado pela deputada e presidente da CCJ, Caroline de Toni (PL-SC), mas confirmam avaliação de que a permissão para uso civil de armas, assim como questões de segurança nacional, são definidas pela Constituição Federal como assuntos de

competência restrita a leis federais. Por isso, apontam que a alteração da prerrogativa deveria ser realizada por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

“É inconstitucional”, define José Nelto (PP). “Não compete aos estados legislar sobre matéria que é de competência do Congresso Nacional. Quem pode permitir posse e porte de arma é o governo federal e não os outros entes. Deveria ser por uma PEC, já que uma lei complementar não dá essa legitimidade para os estados”, afirma.

“Bom seria se tivesse uma legislação federal, uníssona, razoável e que respeitasse o Referendo de 2005 no Brasil, em que 63,94% dos brasileiros optaram por permitir aos que quisessem e fossem aptos pudessem tê-las”, aponta Ismael Alexandrino (PSD), que diz ser favorável “tanto à posse quanto ao porte de armas”. Governistas da bancada goiana apontam que o projeto, defendido pela oposição direita, não devem encontrar maioria de votos para a aprovação em plenário. “É um projeto que vai contra também a jurisprudência do STF. Não contribui com o aprimoramento da legislação. Soa mais como provocação”, afirma Rubens Otoni (PT). O petista acredita na rejeição ao lembrar da votação apertada já na CCJ.

“Essa é uma pauta ideológica apenas para jogar para a plateia”, afirma Nelto sobre o mérito da proposta, que busca ampliar a possibilidade de liberação de armas para a população civil. “É preciso ter cautela para votar esse tipo de pauta ideológica, seja da direita ou da esquerda. Há inclusive casos de tráfico de armas que é



CLIPPING

DATA

02.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

3 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

originado com esses CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores). Já vimos diversas operações que comprovam isso. Então, o Congresso precisa ter responsabilidade”, aponta o pepista.

A deputada federal Adriana Accorsi (PT) também não acredita na aprovação do texto em plenário. “É um projeto inconstitucional e ilegal. Não vai prosperar porque desrespeita a própria Constituição”, afirma. Para a parlamentar, que é delegada, o projeto não tem objetivo real de aumentar a segurança dos brasileiros. “São parlamentares que não aceitam a derrota do projeto de país que defendiam e ficam agora criando essas situações. O projeto que venceu as eleições foi o do controle responsável do armamento no Brasil. Esta responsabilidade é do Poder Público Federal e está sendo colocada em prática”, defende.

Contraponto

Por outro lado, parlamentares goianos da bancada conservadora têm entendimento diferente e antecipam que votarão a favor do projeto de lei complementar, que está apto para ser incluído na pauta do plenário. Praticante de tiro esportivo, Alexandrino critica a atual normatização do tema. “Infelizmente, o que rege a matéria atualmente é um decreto e uma portaria ideologicamente contrários, sem qualquer compromisso com a técnica, distante da realidade e que afronta a Lei Geral do Esporte”, considera o deputado, atual campeão brasileiro de tiro esportivo, na categoria de 600 jardas.

Alexandrino faz referência ao decreto 11.615/2023 e à portaria 166/2023, assinados pelo presidente Lula para cancelar as liberações concedidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Apesar de defender o acesso de civis às armas, o deputado do PSD admite que há barreiras para a aprovação do atual projeto de lei complementar.

“Quanto ao mérito, sou absolutamente favorável ao PLP 108/23, que propõe que cada estado legisle sobre defesa pessoal, práticas desportivas e caça. Quanto à constitucionalidade do instrumento, que vem por projeto de lei e não Emenda Constitucional, penso que ele pode encontrar barreiras”, afirma Alexandrino, destacando a questão da legalidade.

Já o deputado Zacharias Calil (UB) reforça o discurso armamentista como alternativa para a segurança pública. “Eu sou a favor que a pessoa possa ter uma arma para defesa pessoal. Os bandidos estão armados e a gente dentro de casa fica sem arma? É complicado. Essa é minha posição”, afirma. “Claro que sou médico e me preocupo com possíveis consequências de um exagero disso, principalmente no ambiente urbano. É preciso ter cautela para definir as regras, mas isso é uma necessidade, principalmente no ambiente rural”.

Zacharias adota a defesa por maior autonomia para que os estados possam definir leis próprias sobre o tema. “Sei que há questionamento em relação à Constituição, mas em outros países, como nos Estados Unidos, cada estado tem seu poder de legislar. Então, acho que não pode ser uma exclusividade só do Congresso. Tem estado que vai aceitar e outros, não. Goiás seria um estado que passaria uma lei assim, tranquilo”, avalia.

O deputado do União Brasil admite as barreiras constitucionais do projeto, mas aponta que, no mérito, a proposta tem capacidade de encontrar a maioria dos parlamentares. “Tinha que ser por uma PEC. Por conta dessa questão da inconstitucionalidade, não deve ir para frente. Mas o projeto tem potencial para passar. Não

sei se o governo tem hoje maioria para derrubar isso. Até porque a maioria lá é de pessoas que têm essa representatividade, principalmente do agronegócio”, considera Zacharias.

O texto foi aprovado na comissão com 34 votos favoráveis e 30 contrários, depois de seguidas tentativas de manobras regimentais por deputados da base do governo. O deputado Patrus Ananias (PT-MG) apresentou voto em separado pela inconstitucionalidade da proposta, com avaliação de que “estados e DF podem complementar residualmente a legislação federal”, mas não podem ter “um cheque em branco para legislar de maneira diversa à legislação nacional”.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 02.05.2024 – PÁG. A2

Emprego positivo

Números mostram que mercado de trabalho, inclusive formal, seguiu forte em março

Os dados do mercado de trabalho relativos a março deixam claro que persiste a tendência de boa geração de emprego e renda na economia brasileira. É indicativo de que não há necessidade de estímulos por parte do governo, que a esta altura seriam contraproducentes por ampliarem o risco de inflação.

A pesquisa do IBGE mostrou nova queda do desemprego em um ano, para 7,9% no primeiro trimestre. Mais importante, a desocupação, ajustada para excluir fatores sazonais, ficou em 7,3% em março, 0,3 ponto percentual a menos que no mês anterior e o menor patamar desde o final de 2014.



Tal avanço não se resume a vagas informais. Foi aberto 1,3 milhão de postos com carteira assinada nos últimos 12 meses, segundo o IBGE. De outra pesquisa, o Caged, com dados coletados pelo Ministério do Trabalho, constam 244 mil novos empregos nessa categoria em março, 719 mil no primeiro trimestre e 1,647 milhão em um ano.

A renda habitual do trabalho continua a subir. Em 12 meses, o IBGE mostra alta de 4%, já descontada a inflação. Com a multiplicação pelos postos abertos, chega-se à medida mais ampla, a massa salarial, que aumentou em 6,6%.

Não surpreende, assim, que a expansão da economia continue a surpreender positivamente, com bom desempenho no comércio e nos serviços, padrão que vem sendo mantido desde 2021. O PIB superou expectativas, tendo crescido acima de 3% anuais em 2022 e 2023. As projeções para este ano vêm sendo revisadas para cima e já superam 2%.

Para todos os efeitos, o nível de utilização da mão de obra e de geração de renda se aproxima dos melhores momentos que antecederam a grande recessão de 2014-16. O que intriga especialistas é que o dinamismo não tem gerado até o momento um grande impacto na inflação, que continua, ainda que lentamente, a cair — e se aproximar da meta de 3% no ano.

Está em debate, ainda sem conclusão, se fatores como a maior flexibilidade do mercado de trabalho após a reforma da CLT já podem ser parte da explicação. Em qualquer hipótese, a diretriz se mostra correta a longo prazo.

Os três recados de Lula no discurso do Dia do Trabalhador

Presidente tenta contornar retorno político modesto na classe média e entre trabalhadores

Bruno Boghossian



Lula não escondeu o incômodo diante da plateia do 1º de Maio em São Paulo. O presidente reproduziu uma bronca dada em sua equipe pela falta de esforço para levar ao ato "a quantidade de gente que era preciso levar". Ainda assim, tentou sair por cima: "Eu estou acostumado a falar com mil, com 1 milhão, mas também, se for necessário, eu falo com uma senhora maravilhosa que está ali na minha frente".

O evento foi organizado por centrais sindicais. O petista sabe que a capacidade de mobilização dessas organizações foi drenada pelo fim do imposto obrigatório. O que inquieta Lula de verdade é o retorno político modesto que o governo tem conseguido colher dentro de um público estratégico.

Em seus primeiros mandatos, o petista conjugou benefícios sociais para a população mais pobre com medidas que favoreciam de forma abrangente uma classe trabalhadora que ocupava um degrau acima na pirâmide de renda. Agora, o governo tem captado certa antipatia no segundo grupo.

Antes de transformar o ato numa flagrante propaganda eleitoral antecipada a favor de Guilherme Boulos, Lula usou o discurso do Dia do Trabalhador para enviar três recados a uma fatia-chave da ampla classe média nacional. O primeiro e mais evidente foi a sanção da lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda. Ali, o presidente repetiu a promessa de campanha de livrar da tributação quem tem salário de até R\$ 5.000 por mês.

O petista aproveitou para citar explicitamente a "classe média" como potencial beneficiária da desoneração da cesta básica prevista na reforma tributária. Ainda que a medida atinja em cheio a população de baixa renda, Lula sabe que o mau humor com o preço da comida se espalha por outros segmentos.

O presidente também decidiu enfrentar um tema que é uma pedra no sapato das relações do governo com o mundo do trabalho. Disse que o projeto do governo para regulamentar o trabalho por aplicativos não prejudica essa atividade ("A gente não mexe com o direito de ser autônomo") e abriu os cofres para aqueles que atuam como empreendedores ("Quem quiser trabalhar por conta vai ter apoio do governo e crédito a juros baratos").

Caso dos cachorros da irmã de Zanin é festival de erros que reflete nosso tempo

Acusado de ser agressor foi sumariamente absolvido

Fabio Victor

Quem acompanha o noticiário ou as redes sociais há de lembrar do caso do homem que agrediu os cachorros da irmã do ministro Cristiano Zanin. Aconteceu em outubro passado, e, como quase tudo que envolve animais de estimação nos dias atuais, provocou imensa comoção na opinião pública.

(Breve digressão: comoção na opinião pública ou nas redes sociais? Difícil responder, e a discussão de como aquela –o conjunto de ideias mais ou menos cristalizadas numa sociedade– passou a se confundir com estas –fóruns digitais em que a bile costuma ser a baliza– renderia uma coluna à parte).



Mas voltemos aos cães da irmã do ministro. A notícia da agressão veio acompanhada de imagens que mostravam um homem chutando dois cachorrinhos (da raça Welsh Corgi, saberia-se depois). Acuada na calçada da portaria do edifício onde mora em São Paulo, a advogada Caroline Zanin Martins acabou também atingida pelas pernadas do colérico cidadão, cravaram os relatos –afinal, laudos do IML e de veterinário atestaram lesões nela e neles.

Dias depois, o sujeito foi indiciado pela Polícia Civil por lesão corporal dolosa e maus-tratos a animais. No mês seguinte, foi denunciado pelo Ministério Público. A Justiça aceitou a denúncia, e ele então virou réu. Reprodução de vídeo mostra homem chutando cachorros da irmã do ministro Cristiano Zanin; segundo juíza, ele reagiu a ataque dos cães

Quantos se recordam do desfecho da história? Também foi notícia e apareceu nas redes, mas passou batido para muita gente. O suposto agressor foi absolvido sumariamente pela juíza Isaura Cristina Barreira –quando um magistrado nem considera necessária a produção de outras provas e encerra o caso antes do julgamento.

Na sentença, descobrimos que, antes das imagens que vieram a público, os cachorros "se aproximaram do réu sem qualquer contenção por parte da vítima" e o atacaram, mordendo inclusive sua bermuda. Ele seguiu a caminhada e os cães avançaram de novo. O Brasil só viu a reação dele a essa segunda investida.

A juíza acrescenta que "em nenhum momento, pelas imagens deflagradas, é possível constatar a ofensa da integridade física da vítima pelo réu, o qual sequer encostou na vítima e nem mesmo se projetou na direção dela".

Como costuma acontecer em circunstâncias assim, o desfecho causou menos estardalhaço, e não se viu nem sombra do furor e da indignação iniciais. No populismo digital, o que fica é a acusação inicial, quase nunca o desmentido.

Esse festival de erros não encerra a história, até porque Caroline Zanin recorreu da decisão. Ficam no ar muitas questões. Por que polícia e Ministério Público não consideraram as primeiras imagens? Se o homem não encostou nela, de que lesão se tratava? Quem é a vítima, afinal?

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 02.05.2024 – PÁG. A6

Ministro de Lula chama regulação de fake news de PL00 e diz que, se Legislativo atrasar, TSE terá poder

Paulo Pimenta afirma confiar na instalação de grupo de trabalho prometido por Lira

Marcos Hermanson



"PL2630 agora nem é mais 2630, é PL00", afirmou nesta quarta-feira (1º) o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta (PT), em evento paralelo do G20.

"Se o Poder Legislativo atrasar muito esse debate, vai chegar eleição e novamente o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] vai definir o que pode e o que não pode ser feito", acrescentou o ministro do governo Lula. "Aquilo que deveria ser resolvido pela lei vai acabar novamente sendo regulado pelo próprio tribunal eleitoral."

Como mostrou a Folha, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ainda não oficializou o grupo de trabalho que irá formular uma nova proposta do PL das Fake News, anunciado pelo próprio parlamentar no último mês. A ideia de retomar as discussões sobre o PL, que está travado na Casa há quase um ano sem consenso, ocorreu na esteira do embate entre o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), e o empresário Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter).

Lira sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho para elaborar nova proposta. Na prática, o processo de discussão em torno da regulamentação das redes sociais começará praticamente do zero. Apesar das declarações, Pimenta disse confiar na criação do grupo de trabalho prometido por Lira. "Acho que não vai



CLIPPING

DATA

02.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

ser desprezado o trabalho do deputado Orlando Silva", afirmou, em referência à proposta original do parlamentar do PC do B-SP.

O projeto de lei prevê, entre outros pontos, responsabilizar as plataformas por conteúdos criminosos publicados. Aprovado no Senado, o texto teve a tramitação travada na Câmara no primeiro semestre de 2023, após a oposição ganhar terreno no debate.

Deputados dizem que o andamento das discussões na Câmara sinaliza que a regulação das redes não deverá voltar ao radar da Casa no futuro próximo. Avaliam, por outro lado, que a depender do que ocorrer durante as eleições municipais, o debate poderá se mostrar inevitável. Pimenta participou de coletiva de imprensa ao lado do diretor-geral adjunto de comunicação e informação da Unesco, Tawfik Jelassi, e da subsecretária-geral da ONU para Comunicações Globais, Melissa Fleming.

Em mesa anterior do mesmo evento, o ministro defendeu a remuneração de jornalistas por uso de conteúdo para treinamento de sistemas de inteligência artificial e anunciou a criação de uma iniciativa global de combate à desinformação sobre mudanças climáticas. A jornalista filipino-americana e vencedora do Nobel da Paz Maria Ressa defendeu urgência na regulação das redes sociais em participação no encontro paralelo nesta quarta, em São Paulo.

Ressa participou de debate mediado pela repórter especial da Folha Patrícia Campos Mello. "Ninguém elegeu Elon Musk", argumentou, se referindo ao bilionário dono do X. "Países democráticos deram poder demais às empresas de tecnologia e abdicaram de suas responsabilidades."

"A cada dia que governos não impõem mecanismos de proteção [contra a disseminação de mentiras e discurso de ódio nas redes], eles se tornam mais fracos", acrescentou. "Pode chegar o dia em que seja tarde demais para recuperarmos nossos direitos."

Como medida prática, Ressa defendeu a revogação da Seção 230 do Communications Decency Act, dos EUA. Sancionada em 1996, a lei garante que plataformas não serão responsabilizadas por conteúdo publicado por terceiros. Durante o debate, a vencedora do Nobel lembrou que mulheres são vítimas mais frequentes de ataques online e disse que a inteligência artificial sofisticou a disseminação de fake news, botando em risco a própria existência da imprensa profissional. "A inteligência artificial tem o poder de acabar com as organizações de notícias", disse. "Se deixarmos isso acontecer, a democracia morre."

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 02.05.2024 – PÁG. A9

Manifesto da dignidade magistrática

A eurotrip de juízes e advogados viola a lei, mas quer civilizar o país

Conrado Hübner Mendes

Depois de tudo que fizemos pela democracia e pelo combate à bestialidade autoritária, estamos cansados. Cansados com a falta de gratidão e com o excesso de vigilância sobre nossos hábitos anti-institucionais. Cansados com o sarcasmo. Estamos irritados com o excesso de perguntas e de voyeurismo. Irritados com o assédio à nossa vida privada. Não somos servidores públicos. Por isso, vimos nos manifestar.

Não ofendam nossa honorabilidade. Nossa juspornografia é limpa e aseada. O Febejapá (Festival de Barbaridades Judiciais que Assolam o País), carinhosa homenagem a Stanislaw Ponte Preta, é de nossas tradições mais distintas. O pornográfico está nos olhos de quem vê, o bárbaro na pele de quem sente. Perdoem a nossa nudez, mas nossa dignidade está acima do seu moralismo.

Respeitem nossas fugas da lei e do país. Respeitem nossos quinquênios e remunerações ilegais. Aprendemos a chamar de indenizatório o que é remuneratório. Assim furamos o teto e ainda não pagamos imposto. Constitucionalizamos a sinecura. Aprendam vocês também essa arte da alquimia magistrática, de transformar chumbo em ouro, ilegal em legal.

Respeitem nossos modos de ganhar dinheiro extra na forma de patrocínio e custeio de viagem, de honorários por palestra em banco, ou de honorários pagos a nossos parentes advogados por casos que nós mesmos julgamos. Não somos sujeitos a conflito de interesse ou suspeição. Nossa isenção está acima de qualquer suspeita. Nossa falta de noção e excesso de apetite nos definem como magistráticos.

Respeitem nossas prerrogativas assim como nós respeitamos as prerrogativas da advocacia que nos paga visita à Europa. Essa advocacia se esmera em alimentar nosso caro estilo de vida. Esse dízimo lobístico não tem preço. Respeitem nosso direito de chamar de acadêmico um evento de lobby político-empresarial. Respeitem nossa leitura sobre o Brasil. Queremos pensar o Brasil bem longe do Brasil. Em Londres, em Madri, em Nova York.

Respeitem nosso gosto de viajar pago por empresas que julgamos no dia a dia. Só sabemos julgar de modo justo e imparcial. Podem ser empresas de tabaco, de serviços financeiros, de agronegócio, de construção civil, de ensino. Não discriminamos nossos financiadores, nem julgamos. Negociamos. Em mesas de conciliação entre grileiros e garimpeiros, sem indígenas. Em mesas de jantar com patrões, sem empregados.



Respeitem a integridade de nossa palavra. Se nos dizemos honestos, somos. Se afirmamos não haver nada de errado, não há. Se atestamos a legalidade, quem pode nos contradizer? Deus operou o "fiat lux". Nós operamos o "fiat lex".

Respeitem nossa alergia à transparência. Se o evento é fechado, não abra a porta. Se os patrocinadores não querem se expor, não viole seu direito à privacidade. Se até mesmo a OAB patrocina, presuma o valor republicano do encontro além-mar.

Temos o maior salário do Estado brasileiro, sem contar os extras não contabilizados. Mas não somos viciados em Estado. Combatemos o preconceito contra a iniciativa privada. E você aí, vai ficar esperando ajuda do sindicato?

Respeitem nossa alergia a direitos trabalhistas e à Justiça do Trabalho. Garantimos a liberdade de cada um para empreender com a própria sorte e esforço individual. No dia 1º de maio de 2024, exercemos nosso direito de trabalhar em solo estrangeiro. Entramos na era do trabalho remoto. Vai ficar parado na província?

Nossa promiscuidade parece afetar a autoridade do STF para proteger liberdades constitucionais sob a mira de extremistas. Mas confiamos nos ministros que, por apego moralista à ética judicial e à lei, recusaram convite. Aos ministros que ficaram em casa, nosso afetuoso agradecimento. Próxima semana estamos de volta. Aquele abraço.

JORNAL – O HOJE – 02.05.2024 – PÁG. 06

Rafael Lara tratará de eleição na OAB-GO só no mês de agosto

Presidente diz que negociações de chapas estão paradas, mas que está aberto para dialogar com todos

Gabriel Neves

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás (OAB-GO), Rafael Lara, afirmou que só começará a discutir em agosto as eleições que definirão a presidência do órgão pelos próximos três anos. Por enquanto, ele diz, as negociações de chapa estão paradas.



“Só vou começar a formar chapa e fazer processo eleitoral a partir de agosto. Eu não posso fazer isso com a OAB-GO. A OAB-GO precisa de um presidente”, destaca Lara ao HOJE. “Por exemplo, se eu fosse candidato, hoje eu teria aqui um discurso de candidato. Eu não posso fazer isso. Acho que é demérito para a OAB-GO as pessoas quererem adiantar o processo eleitoral.”

As especulações acerca dos nomes que poderão aparecer

na corrida eleitoral para chefiar a advocacia goiana sugerem desde figuras que já ocuparam a presidência, como o advogado Lúcio Flávio Paiva, até neófitos. Rafael Lara, que afirma que está aberto para dialogar com todos, também faz gestos para aglutinar nomes em torno de sua pré-candidatura. “Converso com todo mundo e estou aberto”, diz. “Com o Bruno Pena, o Pedro Paulo [de Medeiros, o Pepê], o Felicíssimo [Sena], o Rodolfo [Mota]... O que eu falo é o seguinte: qual é o projeto? O que você acha que está faltando? Por que a gente não constrói isso juntos? Qualquer um que queira verdadeiramente trabalhar para a advocacia, a porta está aberta.”

Lara afirma ainda que tem falado com “as forças da oposição” e classifica que tais conversas estão em ritmo “avançado”. Ele, que sucedeu Paiva na OAB-GO, foi eleito em 2021 com quase 40% dos votos válidos e consolidou sua liderança na instituição. Na ocasião da vitória, expressou gratidão e enxergou o momento como um “novo ciclo para a advocacia do estado de Goiás”.

Conforme mostrou reportagem do Hoje, as eleições da OAB-GO também poderão contar com o segundo colocado em 2021, o advogado Pedro Paulo de Medeiros, que não cravou participação no próximo pleito, mas respondeu concisamente ao jornal sobre a possibilidade de candidatura: “vamos ver como as coisas andam”. O tom adotado pelos possíveis postulantes até o momento é de discrição e poucas palavras, embora, nos bastidores, advogados ouvidos pelo Hoje, sob condição de não terem seus nomes divulgados, reiteram o entusiasmo para a definição de um nome feminino para a disputa. A ex-vice presidente do órgão Valentina Jungmann Cintra aparece entre os nomes citados. Ela foi a primeira mulher a pleitear presidência em Goiás, com a chapa OAB pra Tod@s, em 2021, mas ficou em quarto lugar.

Embora ressaltem a chance de haver polarização neste pleito, pela competitividade e popularidade dos nomes, fontes ouvidas pelo HOJE não descartam, também, o nome do advogado Felicíssimo Sena. Nascido em Ouvidor, interior goiano, ele é membro honorário do órgão e é visto como alguém que já “emite sinais” de que pode buscar a candidatura ao cargo, ainda que seu nome não seja uma certeza absoluta.

Sena foi o idealizador do CEL da OAB. Presidente da Ordem por cinco mandatos, foi em sua gestão que o CEL foi construído, assim como a atual sede administrativa, no Setor Marista.

JORNAL – DIÁRIO DA MANHÃ – 02.05.2024 – PÁG. 06

Avião cedido pela Justiça à Alego realiza transporte de órgãos

Cumprindo seu dever e missão institucional de servir à população, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) disponibilizou, neste domingo, 28, o avião, recentemente cedido ao Poder Legislativo pela Justiça, para o transporte de órgãos da cidade de Uruaçu para Goiânia. Em um trabalho integrado com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), quatro pessoas receberam as doações de rins e córneas.



A aeronave, apreendida pela Polícia

Federal (PF) em operações contra o tráfico de drogas, será utilizada pelo Poder Legislativo para atividades parlamentares e para operações de resgate, emergência e transporte de órgãos. De acordo com o presidente do Parlamento goiano, Bruno Peixoto (UB), a aeronave modelo Baron 85-B55 recebeu autorização da Justiça, para ser utilizada pela Casa de Leis, com o objetivo de haver deslocamento dos deputados em viagens mais longas, e, agora, realizou o primeiro transporte de órgãos.

“Cedida pela Justiça à Alego, o avião não se limita apenas ao transporte dos parlamentares nas viagens mais longas, mas, sobretudo, nas operações críticas de resgate e atendimentos emergenciais, incluindo o transporte célere de órgãos para transplantes. Nós temos a missão de servir à população, e esse avião tem justamente esse objetivo. É gratificante ver que vidas foram salvas através dessa nobre ação”, disse Bruno Peixoto.

Operação

Às 14 horas, os médicos deram início ao procedimento de retirada dos órgãos e, por volta de 16h30, a equipe já decolava de volta do Hospital Estadual Centro Norte Goiano (HCN), no município de Uruaçu, rumo ao aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, onde a equipe de transporte terrestre já aguardava a chegada dos órgãos. A celeridade é essencial para a preservação dos tecidos e sucesso do transplante.

Responsável pelo comando da aeronave, o piloto e tenente coronel do Corpo de Bombeiros Militar da Alego, Fernando Rezende, destacou a importância da ação, que, segundo ele, “valeu muito a pena”. “O que sustenta a gente nesse trabalho são situações como essas. Tem dias que é difícil nosso trabalho, nem sempre a gente tem sucesso no resgate, mas, quando a gente salva uma vida, vale muito a pena”.

JORNAL – DIÁRIO DA MANHÃ – 02.05.2024 – PÁG. 07

Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga é empossado presidente do TRE

O desembargador assume a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás com foco nas eleições municipais

Inglid Martins

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) foi palco da posse do desembargador Luiz Cláudio Veiga como presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TREGO), na manhã desta terça-feira, 30, dando início a sua gestão com a missão de conduzir as eleições municipais. Em seu discurso de posse, o desembargador destacou a urgência em adaptar-se ao dinamismo tecnológico, reconhecendo os desafios e as oportunidades que ele traz para o processo eleitoral. Ele defendeu o combate a fake News e uso criminoso de Inteligência Artificial.

"Essa é uma preocupação, é uma realidade. O dinamismo dos empreendimentos tecnológicos leva a certas ocorrências. Mas o





CLIPPING

DATA
02.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
13 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

tecnologista está preparado, preparando para enfrentar esses momentos que são momentos significativos, é a realidade da disputa virtual."

Uso indevido de IA

Veiga anunciou a implementação da inteligência artificial como parte integrante do processo eleitoral, visando aprimorar a segurança e a eficiência do sistema. Além disso, ressaltou a colaboração entre o tribunal e as forças de segurança para garantir a integridade do pleito.

"Vamos implantar a inteligência artificial e combater acessos indevidos durante as eleições. Contaremos com o maior contingente de policiais já visto na história de Goiás para garantir a segurança do processo eleitoral."

Mulheres na política

O desembargador também abordou questões como a representatividade das mulheres na política e a importância do trabalho conjunto entre os poderes para promover a transparência e a legitimidade do processo democrático. "Desagradável é a resistência brasileira a respeito da participação das mulheres. Infelizmente, não são seguidas. Trabalho coesos entre os poderes para se trazer mais transparência para a comunidade. Esse indicativo é essencial."

Por fim, alertou sobre os prazos para regularização eleitoral, chamando a atenção para a necessidade de participação dos cidadãos para garantir a validade do processo democrático. Diante dessas medidas e preocupações, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás busca assegurar um processo eleitoral transparente e eficaz, visando evitar quaisquer ocorrências que possam comprometer a democracia do país.

A cerimônia de posse contou com a presença de autoridades locais e representantes da sociedade civil, que manifestaram apoio ao novo presidente do TREGO em seu compromisso com a lisura e a imparcialidade do processo eleitoral. Veiga assumiu o cargo em um momento importante, marcado pela polarização política e pela crescente demanda por transparência e integridade nas eleições.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 02.05.2024 – PÁG. POLÍTICA

A multa é o mínimo: Lula não escapará da Justiça por pedir votos para Boulos

Advogados eleitorais consideram que a fala de Lula poderá ter efeito negativo para campanha do candidato do Psol

Denise Rothenburg

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não escapará de uma multa por propaganda antecipada, por causa do pedido de voto em favor de Guilherme Boulos (para prefeito de São Paulo pelo PSol), no ato das centrais sindicais de 1º de maio. Advogados eleitorais consideram que o risco é a fala de Lula se transformar num pesadelo para o candidato do PSol.

Vem por aí um pedido de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e, neste caso, entre os desdobramentos possíveis, está até a inelegibilidade de Boulos, por se tratar de evento sindical patrocinado por empresa. No telão, antes da entrada de Lula no palco, houve um vídeo da Petrobras e, depois, ficou o logo "BR Petrobras".



Em tempo: No PSB, o pedido de votos pró-Boulos no evento foi visto como algo deselegante para com o vice-presidente Geraldo Alckmin, que chegou a usar um boné da CUT no evento. Alckmin estava no palco e tem uma pré-candidata em São Paulo, a deputada Tábata Amaral. Os socialistas consideram que Lula poderia ter feito um elogio a Boulos, mas não transformar o ato do Dia do Trabalho num comício pedindo votos. O presidente falava de improviso, se empolgou, extrapolou. Por mais que publicamente muitos tentem minimizar o problema, a preocupação é geral no ninho petista.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 02.05.2024 – PÁG. BRASIL

Manutenção dos juros nos EUA afeta a política monetária do Brasil

O Comitê de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Federal Reserve manteve os juros básicos da economia do país na faixa de 5,25% a 5,50% ao ano

Rafaela Gonçalves

O Comitê de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Federal Reserve, o banco central americano, decidiu, nesta quarta-feira (1º) pela manutenção dos juros básicos da economia do país em seu atual patamar, em uma faixa de 5,25% a 5,50% ao ano. A decisão foi unânime entre os membros do comitê e esse continua sendo o maior nível das taxas desde 2001.

Analistas brasileiros já estudam o impacto da decisão no país. Uma das formas mais diretas em que a taxa de juros americana afeta o Brasil é por meio das taxas de câmbio. Com a percepção de que o início do ciclo de corte de juros nos Estados Unidos está cada vez mais distante, é esperado também um impacto no dólar sobre o real, que tende a ficar ainda mais pressionado, indicando também novas pressões sobre a inflação no país.

"A decisão do Fed de adiar cortes nas taxas de juros até pelo menos dezembro pode ter consequências significativas para a economia brasileira, fortalecendo o dólar e colocando pressão sobre o real, aumentando os custos de importação e contribuindo para a inflação interna. Como resposta, o Banco Central do Brasil pode ser forçado a manter ou elevar a taxa Selic para estabilizar a moeda e conter a inflação", disse André Colares, CEO da Smart House Investments.



A medida do Fomc veio em linha com o que já era esperado pelo mercado, nessa sétima manutenção consecutiva da taxa. Em comunicado, o comitê afirmou que não é apropriado reduzir os juros até ganhar mais confiança de que a inflação está se movendo de forma sustentável em direção à meta. "Nos últimos meses, não houve progresso em direção à meta de inflação a 2%", apontou o comunicado.

Em março, a inflação anual dos EUA foi de 3,5%, um aumento de 0,3 ponto percentual em relação ao mês anterior. Em coletiva de imprensa, o presidente do Fed, Jerome Powell, destacou que a economia fez progressos consideráveis em direção à meta, mas que "não está garantido".

"Até agora as leituras de inflação deste ano não nos deram tanta confiança. Reduzir os juros cedo demais ou muito tarde demais, ambos têm riscos. A política está bem posicionada para lidar com os riscos e incertezas que enfrentamos", afirmou o chefe da autoridade monetária.

A decisão foi anunciada horas depois da divulgação de estatísticas que confirmam o fortalecimento do mercado de trabalho. A grande novidade no comunicado do Fomc foi o anúncio da redução do balanço do Fed, de US\$60 bilhões para US\$25 bilhões por mês, a partir de junho, menos do que o esperado. A redução faz parte dos esforços para trazer a inflação de volta à meta de 2%. Segundo Powell, desacelerar o ritmo de redução do balanço do Fed garantirá uma transição suave para os mercados. Ele disse ser improvável que o próximo passo do banco central americano seja uma alta dos juros, mas disse que não tem grande confiança se haverá cortes neste ano.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 02.05.2024 – PÁG. OPINIÃO

O desafio das armas

O número exato de armas em poder de civis é quase impossível saber no país, uma vez que as organizações criminosas têm meios de contrabandear, o que foge ao controle dos órgãos públicos

Entre 2021 e 2022, o número de registros de armas de fogo no Sistema Nacional de Armas (Sinarm) passou de 1,9 milhão para 2,2 milhões. Na comparação com 2017, quando havia 637.972 artefatos cadastrados, ocorreu um aumento de 350% em cinco anos. Com flexibilização das normas, a emissão de registro para as atividades de caçador, atirador esportivo e colecionador (CAC) chegou a 783.385, um crescimento de 466,89% no mesmo período.



Os integrantes dos CACs, com a mudança das regras pelo governo passado, tiveram ampliados os limites de aquisição de armas, de diferentes calibres, inclusive as de uso restrito das polícias civil e militar, e das Forças Armadas. Supõem-se que nesse processo, o número de artefatos bélicos em circulação no Brasil chegou em torno de 3 milhões, uma quantidade bem maior do que a soma de todos os arsenais das forças de segurança do país.

O número exato de armas em poder de civis é quase impossível saber no país, uma vez que as organizações criminosas têm meios de contrabandear, o que foge ao controle dos órgãos públicos. A diretora executiva do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, em entrevista ao Correio Braziliense, garante que o número é bem maior do que a média mundial. Ela ressalta que as armas de fogo no país têm papel relevante na escalada da violência no país. Associa essa realidade ao aumento da violência contra as mulheres.

A assertiva é corroborada pelo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com base em dados das Secretarias Estaduais de Segurança Pública. De acordo com o estudo, 76,5% dos homicídios foram praticados com armas de fogo.

Os segmentos defensores do liberalismo das armas argumentam que garante o direito do cidadão à autodefesa. Um viés distorcido, uma vez que cabe ao poder público, como determina a Constituição Federal,

garantir a segurança e a integridade dos cidadãos, bem como combater quaisquer modalidades de infrações penais. Para isso, as unidades da Federação dispõem de forças policiais militares e civis. Se as políticas públicas têm se revelado insuficientes ou inadequadas, cabe aos cidadãos cobrar eficiência aos governantes.

Os feminicídios têm alcançado números absurdos. A maioria das mulheres são mortas pelo ex ou atual companheiro com armas de fogo, no ambiente doméstico, espaço distante do alcance dos agentes de segurança. De acordo com o Instituto Sou da Paz, metade dos casos ocorridos no ano passado foram com armas registradas para CACs, ou seja, artefatos legais. "Isso mostra que um cidadão de bem pode deixar de sê-lo, até praticar violência doméstica, até perder a cabeça e querer dar um tiro no vizinho", acrescenta Carolina Ricardo.

Dez dias atrás, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, por 34 votos a 30, o projeto de lei complementar que autoriza os estados e o Distrito Federal a legislar sobre posse e porte de armas de fogo para defesa pessoal, práticas desportivas e controle de espécies exóticas invasoras (PLP 108/23). Segundo a Constituição, essas atribuições são do governo federal. Embora a adesão à proposta possa crescer, dentro do Congresso, onde a bancada da bala, com o apoio de outros parlamentares de direita, possa ser vitoriosa.

Deputados governistas discordam do projeto, com base na Carta Magna, e avisaram que levarão a proposta ao Supremo Tribunal Federal. Entendem que a mudança é contrária à vida e a serviço da violência. Para as organizações da sociedade civil, que acompanham e propõem ações de combate à violência, como Instituto Sou da Paz, Fórum de Segurança, Instituto Patrícia Galvão, fortalecer o Estatuto do Desarmamento seria um bom caminho a seguir para desarmar a sociedade e reduzir as elevadas taxas de criminalidade e morte no país.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 02.05.2024 – PÁG. A4

G20 discute medidas para reduzir desigualdade pós-pandemia

Uma das preocupações hoje é que aumento do endividamento dos países eleve desigualdade

Estevão Taiar / Gabriel Shinohara



As discussões dos últimos meses dentro do G20 consideram que o aumento do endividamento pós-pandemia tem potencial “explosivo” de “agravar ainda mais a desigualdade”, tanto internamente nos países quanto entre eles. Por isso, um dos principais grupos de trabalho do órgão internacional, o de Economia Global, vai apresentar em junho, durante reunião na Bélgica, documento formal com sugestões para atacar essa desigualdade.

Além dos integrantes do G20, fazem parte do grupo de trabalho instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e



CLIPPING

DATA

02.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial, Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês, pela qual é mais conhecido), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

“O que se fala [dentro do G-20] é que o endividamento vai no sentido de agravar ainda mais a desigualdade global”, diz uma fonte. “É uma discussão no âmbito técnico e no ministerial.” Segundo a fonte, a avaliação principal dentro do grupo é que “países com maior dificuldades para lidar com esse endividamento são os que têm parcela muito grande do serviço da dívida ligado à dívida externa”.

“Então é algo que trava muito a capacidade de essas economias promoverem políticas sociais, de combate às mudanças climáticas e de desenvolvimento”, afirma. Uma das ideias que os integrantes do grupo de trabalho “recebem bem”, de acordo com a fonte, é a de tornar a tributação mais progressiva, com “alíquotas diferenciadas [maiores] conforme aumenta a renda”.

Uma das preocupações hoje é que aumento do endividamento dos países eleve desigualdade

Outra sugestão que deverá ser apresentada é a tributação dos “super-ricos”, tanto globalmente quanto dentro dos países, semelhante à proposta divulgada em fevereiro pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião ministerial do G20 em São Paulo.

Demais possíveis propostas são: política de ganhos reais para o salário mínimo, nos moldes das promovidas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelo governo britânico; substituição de gastos ou subsídios “ineficientes” por despesas “mais efetivas para distribuir de renda”; fortalecimento da seguridade social, “no sentido da Previdência” mesmo, e de gastos com saúde e educação; busca por maior “institucionalidade do mercado de trabalho”, principalmente em setores como o de serviços, para que trabalhadores possam “batalhar de forma mais justa” por melhores condições.

A ideia é que posteriormente, em julho, as sugestões apresentadas sejam usadas nas reuniões ministeriais do G20. Apesar do nome, o grupo tem 21 membros, reunindo 19 grandes economias globais, além de União Europeia e União Africana. O Brasil ocupa atualmente a presidência do G20, com mandato até 30 de novembro deste ano.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 02.05.2024 – PÁG. E1

Governo reduz riscos fiscais no Judiciário

Projeto da LDO de 2025 traz valor de R\$ 3,601 trilhões, ante R\$ 3,758 trilhões no fim de 2022

Guilherme Pimenta / Beatriz Olivon

O primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) colocou em trajetória de queda os riscos fiscais da União no Judiciário, que até então estavam em alta e preocupam o governo principalmente a partir de 2027, ano em que todo o montante de precatório voltará a ser despesa primária.

Dados do anexo de riscos fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 mostram que a exposição a risco do governo federal no Judiciário está em R\$ 3,601 trilhões, ante R\$ 3,758 trilhões ao final de 2022, queda de 4,2%. Esse movimento ocorreu pela última vez de 2019 para 2020, quando o risco caiu, mas depois voltou para a trajetória de alta.



O montante atual ainda não considera o ganho da União com a tese previdenciária da revisão da vida toda, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) este ano, já que os números foram fechados considerando resultados até o fim de 2023. Assim, ainda há R\$ 480 bilhões a serem retirados das estatísticas fiscais.

“Nós decidimos colocar essa trajetória em queda e minha perspectiva é entregar, no primeiro mandato do presidente, essa curva apontando para baixo”, afirmou em entrevista exclusiva ao Valor o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias. “Não podemos falar de trajetória sustentável da dívida pública sem falar de um débito crescente que vai gerar pressão em cima do orçamento da União, que é a questão das dívidas judiciais.”

O ministro destacou que a AGU tem por estratégia priorizar a realização de acordos quando não é possível vencer os processos na integralidade. “Às vezes, é mais barato reconhecer os direitos, ainda na fase administrativa, do que transferir o balcão da decisão para o Judiciário. Houve governos que preferiram trocar o orçamento por precatório”, criticou.

Ainda segundo o ministro, além de tentar as vitórias nos julgamentos, existem estratégias “menos óbvias”, como os acordos. “Eu brinco que aqui na AGU eu não perco nunca. Ou eu ganho ou faço acordo”, disse. Apesar da melhora nos números, especialistas afirmam que ainda há riscos no cenário, já que as despesas primárias com precatórios estão em trajetória de alta. Até 2027, o governo ganhou um “waiver” do STF na ação que declarou inconstitucional o estabelecimento de um teto para precatórios em 2021, durante a gestão Paulo Guedes no Ministério da Economia. Assim, foi permitido que o governo Lula pague parte dos precatórios fora das regras fiscais até 2026



CLIPPING

DATA
02.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
20 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Grande parte do valor que se tornou risco remoto decorre de decisões tributárias favoráveis à União. Esse risco foi ponto de atenção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desde o início do ano, contando com atuação direta nos casos. Ele chegou a despachar com ministros em assuntos mais importantes, como no julgamento da correção do FGTS, ainda pendente de análise e com impacto estimado de R\$ 295 bilhões, e no processo que envolvia mudanças na base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL nas subvenções do ICMS.

As ações judiciais contra a União são classificadas em três níveis de risco: provável, possível e remoto. O risco provável considera temas de eventual impacto financeiro igual ou superior a R\$ 1 bilhão que tiveram decisões do STF e Superior Tribunal de Justiça (STJ) desfavoráveis à Fazenda. Já o risco possível abrange ações que já tramitam nos tribunais superiores, mas ainda não foram julgadas de forma definitiva - quando já há alguma decisão desfavorável por órgão colegiado, mas ainda cabe recurso. As demais ações são consideradas de risco remoto e não entram nos anexos de risco fiscal. As ações de risco possível passaram de R\$ 2,741 trilhões em 2022 para R\$ 2,586 trilhões em 2023, queda de 5,7%. Já as de risco provável caíram de R\$ 1,016 trilhão para R\$ 1,015 trilhão, ligeira queda de 0,1%.

A classificação de riscos da União considera o momento processual - se um assunto está na primeira instância ou nos tribunais superiores, por exemplo, seguindo a orientação de uma portaria da AGU. É diferente do critério adotado pelas empresas em suas análises de risco e provisionamentos nos balanços, que consideram a chance de ganhar ou perder.

Os processos classificados envolvem casos com potencial para resultar em despesas diretas da União, os precatórios, como também processos em que o governo terá impacto na arrecadação futura projetada. Isso acontece, por exemplo, quando o governo não pode mais cobrar determinado imposto ou quando haverá compensação.

Governo está conseguindo atuar para fazer valer as teses em favor do erário” — Felipe Salto

Uma das reduções nas estimativas de impacto no ano passado ocorreu devido ao julgamento, pelo STF, que reconheceu a incidência de PIS e Cofins sobre receitas financeiras. O risco estimado em R\$ 115,2 bilhões foi reclassificado para remoto. O mérito foi julgado em 2023 (RE 609096 e RE 880143). Três temas bilionários que aguardavam decisão do STJ também foram reclassificados para remotos após julgamentos nos quais a União saiu vitoriosa. O principal foi o referente às subvenções do ICMS, de impacto estimado em R\$ 47 bilhões. A decisão manteve benefícios fiscais relacionados ao imposto estadual na base de cálculo do IRPJ e da CSLL (REsp 1517492).

Também saíram do anexo de riscos fiscais as disputas sobre creditamento de PIS e Cofins na revenda de produtos submetidos à tributação realizada à alíquota zero (REsp 1894741), estimada em R\$ 31 bilhões, e o reconhecimento de que o ICMS compõem a base do IRPJ e da CSLL no lucro presumido (REsp 1767631), de impacto estimado em R\$ 2,4 bilhões.

Um dos principais temas que reduziu o impacto nas ações não tributárias foi o julgamento sobre a Reforma da Previdência (conforme a Emenda Constitucional 103, de 2019) no STF. A análise ainda não terminou - pode ser concluída na próxima semana -, mas alguns votos já levaram a União a estimar uma redução de impacto para R\$ 497,9 bilhões, ante R\$ 621,0 bilhões previstos ao final de 2022. A conclusão de outro

Julgamento (ADI 7051) afastou um risco de impacto nessa ação, envolvendo o cálculo da pensão por cota familiar e por dependente. Outro motivo de redução foi uma mudança na metodologia de cálculo feita pela Ministério da Previdência Social.

Para autarquias e fundações públicas federais, o risco caiu em R\$ 2,5 bilhões. Isso ocorreu devido ao julgamento sobre os juros compensatórios da desapropriação para fins de reforma agrária (ADI 2332), que limitou a 6% ao invés de 12%. A decisão transitou em julgado em 2023. “A melhora nas estimativas de risco fiscal do PLDO revela que o governo está conseguindo atuar junto ao Judiciário para fazer valer as teses em favor do erário e da Constituição”, afirmou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos. “Quanto aos precatórios, há que se desenvolver melhores sistemas de identificação dos fatores condicionantes desses gastos. O precatório não nasce por geração espontânea.”

O Executivo criou, em 2023, um comitê de riscos fiscais envolvendo a AGU e os ministérios da Fazenda e do Planejamento para acompanhar esses riscos fiscais. Em média, a AGU recebe 90 mil intimações por dia. A expectativa, nos próximos anos, é atuar de forma estratégica, inclusive com a possibilidade de propor alterações legislativas se necessário para deixar os riscos fiscais judiciais mais controlados ou, pelo menos, com maior previsibilidade.

STF julgará cobrança de IPTU de concessionárias públicas

Somente para as concessões de ferrovias, a tese eleva o custo dos contratos em R\$ 3,5 bilhões por ano, segundo a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários

Marcela Villar

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir em repercussão geral se é possível que municípios cobrem IPTU de concessionárias que prestam serviço público. O recurso escolhido como representativo envolve a maior ferrovia do Brasil, a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), principal eixo de conexão entre o Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, da empresa VLI Logística.



Somente para as concessões de ferrovias, a tese eleva o custo dos contratos em R\$ 3,5 bilhões por ano, segundo a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). Além disso, há o risco de uma cobrança retroativa de R\$ 17 bilhões, diz a entidade, em nota. A decisão valerá para todos os processos judiciais semelhantes. Ainda não há data para o julgamento.

Segundo especialistas, se a cobrança do tributo for permitida, pode haver um impacto significativo no preço das tarifas, no custo do frete e na atração de investidores. Também pode afetar outros modais e até na concessão de energia. A Light, em recuperação judicial com dívida de R\$ 11 bilhões, tem recurso pendente de julgamento no Supremo. A ação chegou ao STF após a VLI recorrer de decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que validou a cobrança do IPTU pelo município de Varginha (MG) sobre um



CLIPPING

DATA

02.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

imóvel da União usado pela concessionária. Foram aplicados ao caso precedentes do próprio STF sobre imunidade tributária, prevista na Constituição.

Um primeiro afirma que a imunidade “não se estende às pessoas jurídicas de direito privado cessionárias de imóveis públicos” (Tema 385). Outros dois que o tributo é cobrado se a empresa for “sociedade anônima, que distribui lucros e dividendos e cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores” (Tema 508), mas não há incidência se for empresa pública ou sociedade de economia mista que preste serviço essencial e não ofereça “risco ao equilíbrio concorrencial” (Tema 1140).

No STF, a Centro Atlântica afirma que as teses foram aplicadas de forma equivocada, porque “a distribuição de lucros a acionistas e a negociação de ativos em bolsa não alteram a natureza pública do bem e da atividade exercida”. O essencial a ser observado deve ser a natureza do imóvel, de propriedade da União, para determinar a existência da imunidade tributária (Tema 1297).

Já o município de Varginha, em nota ao Valor, diz ser legítima a cobrança, pois a concessionária é empresa de direito privado, com “fins predominantemente lucrativos”. O procurador-geral do município, Evandro Marcelo dos Santos, destaca que o STF já decidiu a controvérsia no Tema 347, de que o IPTU incide sobre “imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo”. E que o valor cobrado da FCA é de R\$ 7,1 mil.

A repercussão geral foi reconhecida por unanimidade. Só não participou do julgamento o ministro André Mendonça, escolhido como relator. No voto, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, entendeu ser um tema ainda não abordado nos outros precedentes. E que há decisões do próprio STF tanto negando a imunidade, considerando essencial a finalidade lucrativa, quanto admitindo, pela natureza do serviço público prestado.

Segundo o tributarista João Rolla, sócio do Rodolfo Gropen Advocacia, escritório que defende a VLI no STF, a jurisprudência era favorável aos contribuintes. “O entendimento do STJ era pela ausência de fator gerador, pois a concessionária tem apenas um título precário”, diz. “Quando o STF passou a julgar casos dos Correios e Petrobras, o cenário mudou e os tribunais têm dado, em maioria, decisões desfavoráveis.”

Para ele, as concessões merecem análise diferenciada pelas peculiaridades de cada mercado. “Estamos no pior cenário, que é da indevida aplicação de precedentes do Supremo, de casos que não compartilham as mesmas características. Para o setor, é muito importante que a discussão se reinicie sobre a visão da repercussão geral”, afirma o advogado, acrescentando que a indefinição aumenta o contencioso. Procurador do Estado do Pará, Wendel Piton entende que a cobrança pode trazer desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos. “Vai haver aumento da necessidade de aporte público para a viabilidade de concessões que estão em andamento. Nas novas concessões, em regiões não tão atrativas do ponto de vista econômico, pode gerar ausência de concorrência”, afirma ele, citando projetos como Ferrogrão e a Ferrovia do Pará. Ele também pondera que o IPTU não é tão relevante para a arrecadação dos municípios como o ISS.

Piton entende que deve prevalecer a análise econômica do direito no julgamento, além do aspecto social. Ele cita que o modal rodoviário, por exemplo, é deficitário na maioria dos municípios e precisa de outras fontes de renda que não a tarifa para sobreviver - sem a cobrança de imposto. “Ele precisa de receitas extras, seja com publicidade ou algum espaço comercial. Isso contribui para a modicidade da tarifa.”

Mariana Avelar, da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados, diz que as concessionárias têm olhado “com lupa” para essa tese, por impactar diretamente os negócios. “É um ponto de dor e gera muita insegurança para outras modelagens.” Segundo o professor da UFRJ Hendrick Pinheiro, consultor tributário da Manesco, seria “muito míope ignorar que a cobrança de IPTU vai refletir na tarifa”. “Quem vai pagar é o usuário”, diz.

Procurada, a VLI informou que iria se manifestar pela ANFT. Em nota, a associação afirma que desde o início do processo de desestatização das ferrovias, entre 1996 e 1998, “há o entendimento sobre a imunidade recíproca do IPTU e que não compete às concessionárias a obrigação de arcar com seu pagamento sobre os bens imóveis do Poder Público”. O julgamento, diz o diretor-executivo da ANFT, Davi Barreto, impactará “todo o sistema logístico”. Se autorizada a cobrança, acrescenta, se aumentará o “custo Brasil” e diminuirá a competitividade das exportações.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 02.05.2024 – PÁG. E2

O Online Safety Act e a indústria de tecnologia

Navegar pelos desafios da conformidade legal e da inovação tecnológica é crucial para promover um espaço digital mais seguro para todos

Gustavo Quevedez

A interconexão digital trouxe consigo desafios significativos, especialmente no que diz respeito à segurança on-line. Em 2021, o Reino Unido foi pioneiro ao publicar o Online Safety Act, uma legislação fundamental na busca por ambientes virtuais mais seguros. Esse ato representou um marco significativo na regulamentação da segurança nos meios digitais, estabelecendo um precedente para outras nações enfrentarem os desafios emergentes da era tecnológica.

O exemplo abre espaço para explorar os princípios trazidos por essa legislação, além de algumas repercussões jurídicas - contratuais, neste momento - na indústria de tecnologia, com ênfase na integração entre a segurança desde a concepção (safety by design) e a transparência nas práticas de moderação de conteúdo, além de abordar questões de responsabilidade legal e desafios.

O impacto do Online Safety Act se estende por diversas áreas, não apenas na prevenção do discurso de ódio e proteção da privacidade, mas também na luta contra a exploração sexual infantil on-line e na mitigação dos riscos associados ao cyberbullying. Essas áreas refletem a abrangência do ato, que busca endereçar tanto questões de conteúdo nocivo, quanto práticas prejudiciais que afetam especialmente os usuários mais vulneráveis da internet.





CLIPPING

DATA
02.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
24 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Mas qual o impacto efetivo do Online Safety Act no mercado corporativo, sobretudo nas rotinas jurídicas, especialmente em contratos?

O conceito de segurança desde a concepção é um dos pilares do Online Safety Act. Esse princípio implica que as plataformas digitais devem ser desenvolvidas considerando a segurança como um componente intrínseco, desde a fase inicial de design. A adoção de medidas preventivas desde o início do desenvolvimento de produtos e serviços digitais é crucial para mitigar riscos e assegurar um ambiente on-line confiável. Essa abordagem proativa não só visa prevenir problemas futuros, como sublinha a responsabilidade das empresas de tecnologia em garantir a segurança dos usuários desde a concepção de suas plataformas.

Em relação a esse último ponto, desenvolvedores de aplicativos que integram as maiores plataformas disponíveis nos aparelhos viraram o ano já com projetos de adaptação a pleno vapor, na medida em que alguns países, como a Austrália, já começaram a exigir a implantação/desenvolvimento de tais mecanismos, a partir das premissas que já vinham sendo debatidas junto ao mercado privado ao longo de 2023.

As práticas de moderação de conteúdo incorporadas ao Online Safety Act foram alvo de intenso debate, dado que têm sido consideradas fundamentais para a efetividade dos mecanismos de segurança on-line. A transparência nessas práticas é um requisito importante para estabelecer a confiança dos usuários nas plataformas digitais e responde não só a incidentes específicos, mas serve como um componente essencial do desenvolvimento e operação das plataformas, refletindo os princípios de segurança desde a concepção.

Nesse sentido, a implementação do Online Safety Act impõe às empresas de tecnologia uma nova camada de responsabilidade legal, que precisarão ser escalonadas adequadamente nos contratos com desenvolvedores, de modo a garantir que os papéis vinculados à observância das premissas incorporadas à lei sejam observadas adequadamente na concepção e na manutenção da plataforma.

É preciso ficar claro, contudo, que a empresa contratante (aquela que explora o app por exemplo) será a responsável pela segurança dos usuários, devendo fazer frente aos desafios trazidos pela regulação, demonstrando de maneira formal os mecanismos implantados e as contramedidas adotadas diante de problemas identificados ao longo da jornada do cliente, além dos aprendizados incorporados à sua atuação. Outro desafio na implementação da legislação é a definição de padrões universais para a moderação de conteúdo e a necessidade de adaptação às mudanças rápidas na tecnologia digital. A formalização de contratos robustos com desenvolvedores também representa um desafio, requerendo um equilíbrio entre inovação e conformidade legal. Os desafios encontrados incluem a proteção da liberdade de expressão, a necessidade de rápida adaptação tecnológica e a coordenação internacional para enfrentar ameaças globais, demonstrando a complexidade de criar um ambiente digital seguro e ético em uma paisagem digital em constante evolução.

A eficácia do Online Safety Act depende da colaboração entre empresas de tecnologia e órgãos governamentais - essencial para desenvolver práticas de segurança eficazes que sejam adaptáveis às constantes evoluções da internet, beneficiando empresas e usuários. Na Austrália, por exemplo, a autoridade pública e os diversos segmentos envolvidos diretamente no tema trabalham em conjunto para criar elementos que possam vir a ser desenvolvidos dentro de uma perspectiva equivalente, fator que propiciará uma atuação mais ágil diante dos ajustes e evoluções que precisarão ser feitas.

Em conclusão, o Online Safety Act representa um avanço significativo na busca por um ambiente on-line seguro e responsável. Ao integrar segurança desde a concepção com práticas de moderação transparentes, incentivar a indústria a formalizar melhores contratos com a cadeia de desenvolvedores e demais agentes envolvidos, escalonar adequadamente as responsabilidades legais e abordar os desafios na implementação em nível global, estabelece-se um novo padrão para a indústria de tecnologia. Navegar pelos desafios da conformidade legal e da inovação tecnológica é crucial para promover um espaço digital mais seguro para todos.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 02 de maio – Dia Nacional da Ética e do Combate ao assédio moral no trabalho



Hoje no dia 2 de maio, é comemorado como o Dia Nacional da Ética e o Dia Nacional do Combate ao Assédio Moral no Trabalho no Brasil. Essas datas têm como objetivo conscientizar as pessoas sobre a importância de comportamentos éticos e do respeito aos direitos dos trabalhadores, por isto não poderia deixar de comentar a respeito.

O Dia Nacional da Ética tem como objetivo promover a reflexão sobre a importância da ética nas relações humanas, no ambiente de trabalho, nas relações sociais e na vida em sociedade. Essa data é uma oportunidade para discutir a importância da ética para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. O termo ética deriva do grego ethos, que está relacionado ao caráter e o modo de ser de uma pessoa. Pode-se dizer que ética é um conjunto de valores morais e princípios, que norteiam a conduta humana. A data marca a reivindicação pelo comportamento ético tanto na Administração Pública quanto na Sociedade.

O comportamento ético social se baseia na forma como os indivíduos atribuem o que é aceitável ou não, a partir de princípios orientadores para as relações sociais, além de fornecer uma estrutura para assegurar que toda a sociedade possua os mesmos direitos e deveres. A falta de ética se esconde em pequenas atitudes. É importante refletir sobre condutas pessoais, profissionais e sociais para o bom convívio em sociedade. Considerando que a administração pública tem como objetivo a prestação de serviços a favor do interesse público e dos direitos dos cidadãos, a ética é uma questão imprescindível para servidoras e servidores públicos, bem como para magistradas e magistrados no exercício de suas funções.

Evidencia-se que a ética é um imperativo não apenas no ambiente corporativo ou nas Instituições públicas, mas integra também a Agenda 2030 da ONU, um plano de ação global que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e 169 metas, criados para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro dos limites do planeta. Dentre eles, merece destaque o “ODS nº 16 - Paz, Justiça e Instituições”, cujos objetivos são: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento

sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Já o Dia Nacional do Combate ao Assédio Moral no Trabalho tem como objetivo conscientizar sobre a importância de combater práticas abusivas no ambiente de trabalho, que podem causar danos físicos e psicológicos aos trabalhadores. O assédio moral é uma prática abusiva que ocorre no ambiente de trabalho, caracterizada por atitudes violentas e repetitivas que podem ser realizadas por um superior hierárquico ou por colegas de trabalho. Esse tipo de comportamento pode causar danos psicológicos, como depressão, ansiedade, estresse e outras doenças.

O assédio moral pode ser identificado por meio de diversas atitudes, como a humilhação pública, a sobrecarga de trabalho, o isolamento social, a difamação e a perseguição constante. É importante destacar que a legislação brasileira prevê a proteção dos trabalhadores contra o assédio moral e outras práticas abusivas no ambiente de trabalho.

O Dia Nacional do Combate ao Assédio Moral no Trabalho é uma oportunidade para discutir o tema e conscientizar a sociedade sobre a importância de combater o assédio moral no ambiente de trabalho. Essa data é uma oportunidade para que empresas, organizações e indivíduos reflitam sobre a importância do respeito aos direitos dos trabalhadores e sobre a necessidade de se criar um ambiente de trabalho saudável e seguro para todos.

